

## Passeata dos cem mil completa 50 anos

Elias Feitosa (\*)

*Marchar no coração da cidade do Rio de Janeiro, reunindo estudantes, intelectuais, artistas, religiosos, políticos e inúmeros cidadãos comuns, tendo por objetivo manifestar sua opinião*

Poderia ter sido apenas um evento espontâneo, característico das dinâmicas sociais de um país democrático, porém o Brasil estava muito longe disso em 1968: vivíamos, desde 31 de março de 1964, um regime de exceção que após o presidente João Goulart e implantou através de um golpe de Estado, a ditadura militar, que contou com apoio de parte da sociedade civil. Eram os “anos de chumbo”.

Em 26 de junho de 1968, a partir das 14h, concentraram-se cerca de 50 mil pessoas na Cinelândia, atendendo uma articulação dos estudantes que, apesar da clandestinidade da UNE (fechada desde 1966), buscaram uma reação em virtude do contexto repressivo que agravava-se dia a dia: em março de 1968, a repressão militar contra um protesto pelo fechamento do restaurante universitário “Calabouço” provocou a morte do estudante Edson Luís (secundarista de 18 anos) com um tiro à queima roupa dado por um soldado da Polícia Militar.

A missa de Edson Luís, realizada na Igreja da Candelária provocou novas manifestações contra a ditadura e a repressão da polícia sobre os estudantes, religiosos e outros presentes foi violenta, inclusive, com a ação da cavalaria contra os civis. Com o avançar da tarde, no dia 26 de junho, chegavam mais e mais pessoas. Lá pelas 15h, a multidão tinha dobrado.

Os presentes vinham dos mais variados segmentos da sociedade: cerca de 150 padres encabeçados pelo cardeal D. Jaime Câmara, deputados da oposição à ditadura como Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis, artistas como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Milton Nascimento, Edu Lobo, Renato Borghi; Nara Leão, Nana Caymmi, Vinícius de Moraes; a escritora Clarice Lispector; do teatro e cinema Norma Bengell, Marieta Severo, Grande Otelo, Paulo Autran, José Celso Martinez Corrêa e entre tantos milhares de anônimos, de classes e profissões distintas, mas com um clamor comum: o protesto veemente contra o regime ilegítimo que controlava o país desde 1964 com a postura de terem trazido a “Salvação da Nação”.

A passeata trazia cartazes protestando contra a ditadura e seus mecanismos: prisões arbitrárias, censura, violência desmedida que ia da repressão, passando pela tortura e morte, de modo tão frívolo que poderia se tratar de um filme de horror.

Deslocaram-se por três horas e concluíram o ato em frente à Assembleia Legislativa, num ato pacífico mas sob forte vigilância policial que

acompanhou todo o evento, dessa vez, sem atacar os manifestantes. Porém, muitos agentes do DOPS, responsável por parte da repressão e do SNI (Serviço Nacional de Informações) faziam o mapeamento e fichamento dos subversivos.

Como desdobramento imediato, uma comissão foi formada para conversar com o presidente da República, Gal. Arthur da Costa e Silva: Vladimir Palmeira e Luís Travassos (ambos da UNE), o padre João Batista, o professor de Filosofia da UFRJ, José Américo, o escritor Hélio Pellegrino, os estudantes Marcos Medeiros e Franklin Martins e Irene Pappi, como mãe de um estudante.

Apesar da conversa não ter sido muito fecunda: as repressões não cessaram e pelo contrário, cresceram em diferentes contextos. No mesmo dia da Passeata, que fora pacífica, o grupo terrorista de esquerda VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) lançou uma caminhonete com cerca de 50 kg de dinamite contra o portão do quartel-general do II Exército em São Paulo, vitimando o soldado Mário Kozel Filho, de 18 anos que servia ali naquele contexto.

Em 2 de agosto daquele ano, Vladimir Palmeira foi preso e no dia seguinte cerca de 650 estudantes. Novas prisões no dia 4, com 300 estudantes detidos em São Paulo. Em 21 de agosto, o Congresso Nacional recusou aprovar a anistia dos estudantes presos. A UNE tentou se rearticular numa ação logisticamente complicada: um congresso sigiloso no interior de São Paulo, na pequena cidade de Ibiúna, que foi denunciado e rendeu 920 presos, inclusive, as principais lideranças em 12 de outubro de 1968.

Em 12 de outubro, um jovem militar estadunidense, suspeito de ser agente da CIA, o capitão Charles Rodney Chandler, fora metralhado na porta de sua casa, numa ação da VPR.

O pano de fundo estava traçado para o desfecho do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, responsável pelo fechamento do Congresso e a extinção dos resquícios de cidadania ainda ali sobreviventes, num processo que aprofundou a violência da repressão e ao mesmo tempo, instou uma precária resistência, que foi lentamente sufocada ao longo do governo Médici (1969-1974) e assim, uma concentração tão grande de pessoas nas ruas só voltariam a ocorrer com as greves dos metalúrgicos entre 1979-80 e o Movimento das Diretas Já em 1984.

O mais estranho disso tudo é, passados 33 anos do fim da Ditadura, voltam aparecer pessoas exaltando este período, seja por de fato o valorizarem, seja por ignorância histórica e assim, voltamos a ver clamores por uma nova intervenção militar a fim de salvar o Brasil e tal fato é preocupante, pois numa democracia de menos de 50 anos como a brasileira, este posicionamento pode ser fatal para a sua sobrevivência.

(\*) - É professor de história do Cursinho da Poli.

## Aprovado projeto para combater adulteração de hodômetro

A Comissão de Viação e Transportes da Câmara aprovou, com emenda, o projeto do deputado Covatti Filho (PP-RS), que estabelece medidas de prevenção e combate à adulteração de hodômetro (medidor de quilometragem). Segundo a proposta, quem fraudar a quilometragem apresentada no hodômetro ficará sujeito a detenção de seis meses a um ano, ou multa.

O ato de dirigir veículo com esse tipo de irregularidade será classificado como infração de trânsito gravíssima, punível com multa e apreensão do veículo. O relator da matéria, deputado Ezequiel Fonseca (PP-MT), excluiu do texto a determinação de que nenhum veículo poderá sair de fábrica no Brasil sem que o hodômetro tenha lacre ou dispositivo capaz de

indicar a sua violação. Avaliou que essa medida é desnecessária, pois os automóveis produzidos hoje no Brasil têm contadores de quilometragem digitais, cuja tecnologia já previne fraudes.

Quem vender um veículo sabendo que o hodômetro foi adulterado, ou sem ter tomado providências cabíveis para verificar se houve fraude, terá pena de detenção de um a dois anos e multa. Os vendedores de carros cujos hodômetros tiverem sido consertados precisarão informar esse fato aos compradores. Além disso, as oficinas que adulterarem o equipamento serão punidas com a suspensão por 30 dias úteis ou, em caso de reincidência, com a cassação da autorização para executar esse serviço (Ag. Câmara).

# Cármem Lúcia critica uniformidade de partidos políticos no país

A presidente do STF, ministra Cármem Lúcia, criticou ontem (21) a organização dos partidos brasileiros, cuja pouca diversidade, mesmo com grande quantidade, seria um dos principais fatores da crise de representatividade política pela qual passa a democracia no país

“Quem tenha tido o cuidado de ler os programas vê que não tem muita diferença no que eles [partidos] oferecem, quais os seus objetivos, quais os seus principais compromissos”.

As declarações foram dadas no II Congresso de Direito Eleitoral de Brasília, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, ante uma plateia formada em grande parte por deputados distritais e assessores legislativos. “Nós precisamos ter partidos programáticos, como é no mundo todo, e não pragmáticos, como são muitas vezes os partidos políticos no Brasil”, afirmou a presidente do STF.

Citou como exemplo o Partido da Mulher Brasileira (PMB), que à época em que obteve seu registro na Justiça Eleitoral



Presidente do STF, Cármem Lúcia.

tinha em sua diretoria somente homens. “Não é que tivesse que ter só mulheres, mas se ele vai representar mulheres, que haja pelo menos a fala da mulher,

para que ela saiba porque que precisa de partido, se é que precisa, com este nome”, disse a ministra. A ministra destacou a grande quantidade de legendas

como uma das dificuldades a serem enfrentadas por uma reforma política.

Apesar do discurso crítico à estrutura partidária brasileira, Cármem Lúcia voltou a afirmar o que já havia repetido em discursos anteriores, que não se pode “demonizar” a política. “Nós podemos ser contra governantes, porque é da democracia a liberdade de opinar, de criticar e de se contrapor. Nós não podemos ficar contra a política, porque o ser humano ainda não inventou outra forma de convivência no espaço plural de todos se não pela racionalidade que a política nos oferece”, disse a ministra. “Demonizar a política não faz com que nós não tenhamos o caos provavelmente em vários momentos”, concluiu (ABR).

## Advertência em medicamentos de uso exclusivo pelo SUS

A Comissão de Seguridade Social da Câmara aprovou alteração na Lei de Licitações para tornar obrigatório alerta sobre o uso exclusivo pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de medicamentos comprados pelo Poder Público. Os alertas deverão estar em rótulos e embalagens dos produtos. A medida pretende impedir desvios de medicamentos do SUS para comercialização em farmácias particulares. A relatora no colegiado, deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), recomendou a aprovação do texto principal que veio do Senado.

Apesar de considerar os projetos pensados também importantes, a relatora optou por recomendar a aprovação apenas do principal para evitar que a matéria precise retornar à análise do Senado. Apesar de já haver regulamentação do SUS sobre a medida, Vanessa Grazziotin considera importante que a determinação esteja prevista em lei. O projeto ainda será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça (Ag. Câmara).

## Redução da tributação sobre mercadorias, bens e serviços

O Brasil precisa aumentar a tributação direta sobre a renda e reduzir a carga tributária indireta sobre mercadorias, bens e serviços. Essa foi a avaliação dos debatedores presentes na audiência pública na Comissão de Direitos Humanos do Senado, ontem (21). Na reunião requerida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), os convidados discutiram a reforma tributária com foco no projeto Reforma Tributária Solidária: menos Desigualdade, mais Brasil.

“Desde que estou no Parlamento, há mais de 30 anos, fala-se muito, mas a reforma não acontece. Não sei o que há por trás do processo que não permite a reforma tributária justa e progressiva”, disse o senador. De acordo com Clóvis Scherer, economista do Dieese, a instituição publicou um documento em 1993 evidenciando a necessidade de uma reforma fiscal, abrangendo tanto o gasto quanto a receita.

“O diagnóstico parece que não mudou desde então. A estrutura tributária é regressiva porque é excessivamente concentrada em tributos



Audiência sobre a reforma tributária com foco na proposta ‘Menos Desigualdade, mais Brasil’.

indiretos. O imposto sobre renda é pouco progressivo, especialmente no topo da escala de renda e nos rendimentos do capital, ou seja, o patrimônio é pouco tributado. Para Flóriano de Sá Neto, presidente do Conselho Executivo da Anfip, a população tem o sentimento equivocado de que se paga muito imposto no país. Segundo ele, a carga tributária é alta sobre mercadorias, bens e serviços.

Na reunião, Flóriano leu o manifesto Reforma Tributária Solidária: menos Desigualdade, mais Brasil e ressaltou as

premissas fundamentais da iniciativa. Entre os pontos destacados, o projeto propõe um sistema tributário progressivo que aumente a tributação direta sobre a renda, a propriedade e a riqueza e reduza a carga tributária indireta sobre mercadorias, bens e serviços e pagamento. O documento também estabelece a necessidade de resgate do papel da tributação aduaneira e a revisão das renúncias fiscais para o enfrentamento da sonegação e controle da evasão fiscal (Ag. Senado).

## Cassação do registro de posto que vender combustível adulterado



Postos que adulterarem combustíveis terão o CNPJ cassado.

Para coibir a venda de combustível adulterado, o marco regulatório do transporte de cargas aprovado pela Câmara prevê a cassação do CNPJ de posto que revender os derivados de petróleo em desconformidade com as especificações do órgão regulador. De igual maneira, a cassação do CNPJ valerá para casos de fraude em postos de combustíveis que usem dispositivo mecânico ou eletrônico para controlar a bomba e fornecer combustível em volume menor que o indicado no medidor.

Após a cassação, o estabelecimento não poderá requerer nova inscrição no mesmo ramo de atividade por cinco anos. Os sócios também estarão impedidos de atuar no ramo por cinco anos. Em relação ao substitutivo aprovado na comissão especial, o relator do projeto, deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), retirou igual penalidade para os distribuidores de

combustível adulterado.

Os caminhões utilizados no transporte rodoviário de produtos perigosos deverão possuir equipamentos de rastreamento com intervalo máximo de posição a cada dez minutos, ou seja, deve ser possível saber onde ele está a cada dez minutos. Esses caminhões deverão ainda possuir equipamento de telemetria, seja incorporado ao rastreador ou a computador de bordo. Os veículos terão cinco anos para se adaptar à regra.

Em relação à idade dos reboques, o substitutivo permite que ela seja de até 35 anos, desde que possua autorização especial do órgão competente e aprovação em inspeção especial, a ser regulamentada pelo Inmetro. A idade normal exigida pelo texto é de 15 anos para os caminhões e de 20 anos para os reboques, semirreboques, implementos e caixas de carga (Ag. Câmara).

## Pezão: é loucura próximo governador não prorrogar a intervenção

O governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, disse ontem (21) que “seria uma loucura” o próximo governador do estado dispensar o uso das Forças Armadas no combate à violência e ao tráfico de drogas no estado. Durante o lançamento do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana, na Sala Cecília Meireles, Pezão disse que se o próximo governador do estado desejar a prorrogação da intervenção federal no Rio, ele fará a solicitação ao governo federal tão logo saia o resultado das urnas.

“Sou governador até a meia-noite do dia 31 de dezembro, mas se o vencedor das eleições quiser a prorrogação da intervenção federal, eu peço imediatamente logo depois do resultado das eleições”. A avaliação do governador é de que dificilmente o próximo governador vai querer dispensar o uso das Forças Armadas no Estado. “Eu acho particularmente uma loucura o governante que sentar aqui [na cadeira de chefe do Executivo fluminense] dispensar o uso das Forças Armadas”.

Para Pezão, o estado precisa de uma Polícia Rodoviária Federal [PRF] forte e de uma Força de Segurança Nacional forte, assim como precisa da presença forte das Forças Armadas no auxílio ao combate da violência no estado. “Eu falei no dia em que o presi-



Governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão.

dente Michel Temer assinou a intervenção: vocês vão entrar e não sair nunca mais. É uma dívida que a União tem com a cidade do Rio de Janeiro. Isso era para estar contemplado na fusão [dos estados do Rio e da Guanabara] e também com a perda da capital”.

O governador do Rio disse que os resultados da intervenção federal no estado são visíveis. “Os roubos de carga diminuíram, assim como os de transeuntes e de celulares. Agora, o problema da violência é nacional e eu não tenho dúvida nenhuma que o próximo presidente da República e o próximo governador do Rio dificilmente vai dispensar o uso das Forças Armadas”. Segundo Pezão, o estado hoje está pagando o preço pelo abandono ocorrido no passado, principalmente no que diz respeito ao trabalho da Polícia Rodoviária Federal no patrulhamento das Rodovias de acesso ao estado (ABR).